Entretantos, 2014

Grupo: **CURSO DE PSICANÁLISE**

Integrantes: Alcimar A. de Souza Lima, Ana Maria Sigal, Anna Maria Amaral, Cleide Monteiro, Décio Gurfinkel, Flávio Carvalho Ferraz, Heidi Tabacof, Isabel Mainetti de Vilutis, José Atilio Bombana, Lucía Barbero Fuks, Mara Caffé, Maria Aparecida Kfouri Aidar, Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Maria Helena Fernández, Maria Laurinda R. de Souza, Maria Silvia Bolguese, Mario Pablo Fuks, Myriam Uchitel, Miriam Chnaiderman, Nelson da Silva Junior, Sandra Navarro, Silvia Leonor Alonso e Tales A. M. Ab'Saber

Coordenadora: Isabel Mainetti de Vilutis

Articulador da Área de Cursos: Flávio Ferraz de Carvalho

"TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE E FORMAÇÃO PSICANALÍTICA: APONTAMENTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE PSICANÁLISE DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE"

Apresentador: **FLÁVIO FERRAZ DE CARVALHO**

O Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae foi criado como um projeto institucional de formação alicerçado em convicções epistemológicas acerca do objeto da psicanálise, do fazer analítico, da formação do analista e das condições institucionais que permitem seu funcionamento. Contamos hoje com uma massa de produção escrita pelos seus participantes, desde sua fundação, que nos permite delinear o que seria uma concepção institucional da transmissão da psicanálise, da formação psicanalítica e de uma política institucional que as sustente.

Quando se fala em *transmissão da psicanálise* e em *formação psicanalítica*, insiste-se na peculiaridade destas empreitadas, que são irredutíveis às noções de *ensino* e de *aprendizagem* que se aplicam às disciplinas derivadas da ciência em geral, sejam as ciências naturais, sejam as ditas humanas. Recorro a definições que devemos a Regina Schnaiderman (1988), e que funcionam para nós como princípio ético e epistemológico:

> "O objetivo da psicanálise é o sentido encarnado, a significação materializada. Esta é a definição da ruptura profunda de Freud com a ciência psicológica e psicopatológica de seu tempo. Mas a psicanálise não é simplesmente a teoria do seu objeto: ela é a atividade que faz falar em pessoa. É nesta fala que a psicanálise encontra sua origem e seus princípios" (p.12).

Fala-se da psicanálise como "ofício impossível", e na formação, por extensão, também como processo impossível e interminável. Ora, o que determina esta asserção nada mais é do que o próprio objeto da psicanálise. Objeto que foi nomeado por Freud como o *inconsciente*, e que coincide com o *psíquico*. Portanto, ao falar da particularidade da transmissão da psicanálise, não estamos em busca de asserções categóricas, que saibam a regras ou princípios outros que não aqueles exclusivamente derivados do método adequado à investigação do nosso objeto. Quero dizer com isso que é necessário que a especificidade da transmissão da psicanálise se justifique por sua particularidade epistemológica e, por conseguinte, de seu método de produzir conhecimento, tanto na situação clínica como nos processos de teorização.

A peculiaridade de que falo foi assim esboçada por Regina Schnaiderman:

> "Sabemos que: 1) o saber do analista tem como objeto o estudo do funcionamento psíquico; 2) a particularidade deste saber consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando, de, a cada vez, reencontrá-lo *in vivo*; 3) isto o diferencia do que seria, por exemplo, o saber matemático (...); a respeito deste sujeito particular com quem me enfrento eu não conheço nada: o que eu sei é o caminho para fazê-lo chegar a este conhecimento; 4) donde se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar, isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração do seu texto inconsciente; analisar é um fazer saber e não um saber fazer" (p.13).

Assim, o saber psicanalítico tem a curiosa característica de ser um primoroso não saber! E qual seria a sua fonte? Ainda segundo Regina Schnaiderman, seriam:

> "1) os textos de Freud, sim, mas isso não basta; 2) o fato de ter sido analisado; sem dúvida, mas isso também não basta; 3) o fato de ser analista, o fato de analisar. Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Esse é um dos paradoxos da psicanálise" (p.13).

Daí a ideia, apenas aparentemente jocosa, de que a formação psicanalítica é da ordem do impossível. Para dar conta desta simultaneidade de elementos que são condição prévia um para o outro é que se cunhou a ideia do tripé formativo.

A chave para o acesso ao analisar, uma vez reconhecido o objeto da análise, será a própria análise pessoal, uma vez que o objeto na psicanálise não pode se apresentar de forma exclusivamente intelectiva, mas sim na *experiência*.

1. Em relação à análise

A análise pessoal do analista é a condição essencial para o alcance do objeto analítico. Dada a condição supra-intelectual do mesmo, conhecer tal objeto é entrevê-lo em si próprio. O aparato psíquico do analista se empresta na função de analisar; portanto é fundamental que sua análise o leve a sensibilizar-se para as manifestações do inconsciente – ou expressões do psíquico, que são simbólicas - e a produzir as discriminações que lhe possibilitarão funcionar como suporte da transferência do seu analisando. O que entra em questão aqui é o fato de que o ofício de analisar não se resume a conhecimentos técnicos de um dado método de trabalho, mas pressupõe a participação do instrumento psíquico do analista na tarefa de acompanhar o analisando em sua própria descoberta. Saber analisar é "saber não saber", e isto difere radicalmente de outros saberes que se aplicam em outros ofícios.

A análise do analista terá efeitos didáticos que se reconhecerão *a posteriori*. É exatamente pela importância que atribuímos à análise pessoal que, na experiência de formação em nosso Departamento, procuramos preservar ao máximo a análise de cada um, deixando que a escolha do analista venha a se reger exclusivamente pela transferência, sem a ingerência da instituição. Explicitando esse posicionamento, Ana Maria Sigal (1994) afirma:

> "O desacordo total e absoluto com o controle das análises pela Instituição nos leva a pensar que toda análise que recebe um adjetivo tem um objetivo outro que não o da análise. Existe ainda o perigo de que, sob o peso da transferência, o analista se ofereça a si ou à Instituição como modelo ideal, provocando o desvirtuamento ético e a intromissão externa a uma análise" (p.107).

Silvia L. Alonso (1994), por sua vez, recorre a Laplanche para lembrar que a análise feita "sob encomenda" por uma instituição pode instaurar, de partida, um "ponto de surdez", já que a ambição do analisando de tornar-se analista encontra-se com a proposta implícita de que seu analista vai torná-lo, ao analisando, um analista. Isso não quer dizer que se negue que as análises didáticas possam ser efetivamente análises. Mas seria desnecessário, segundo a autora, correr-se o risco da criação de uma "surdez institucionalizante".

2. Em relação à supervisão

A supervisão, numa definição de Silvia L. Alonso (2005), seria o "espaço intermediário, no qual a experiência absolutamente singular vivida numa análise se entrecruza com o discurso articulado" (p.168-169). Não se trata de espaço analítico *stricto sensu*, mas tampouco pedagógico, pois pressupõe que o supervisor não produza simplesmente um discurso no âmbito psicopatológico-diagnóstico do paciente e nem prescreva manejos técnicos, mas fique atento às posições identificatórias e aos movimentos transferenciais e contratransferências. Esta é

abertura proporcionada pela supervisão, que produz efeitos analíticos sem ser análise.

É claro que há riscos implicados na supervisão, que dizem respeito à alienação do sujeito no discurso do outro. Portanto, convém que o supervisor não saiba demais. Ou que consiga moderar aquilo que Piera Aulagnier (*apud* Alonso, 2005) chamou de "fantasma de mestria". O risco aqui é o mesmo oferecido pela instituição de formação: moldar-se o analista.

Outro risco, de acordo com Lucía B. Fuks (2002), é o da transformação da supervisão em espaço de avaliação, o que nos obriga a refletir constantemente sobre as "questões relativas a poder, autorização, reconhecimento, responsabilidades, etc., que os processos de institucionalização da psicanálise, tendem (...) a suscitar" (p.91). Isso pode levar a uma situação superegoica no interior das supervisões, de modo a predominar no supervisionando um temor subliminar de julgamento de seu trabalho clínico sob o crivo da adequação ou não ao que seria a "autêntica" psicanálise.

Oferecemos supervisões grupais e individuais no percurso de formação, mas isso não implica que não reconheçamos a necessidade de que cada um busque sua interlocução particular com o supervisor de sua escolha, tal como se dá com a análise. Esta medida pode atenuar o peso da instituição na formação do estilo de cada analista, abrindo-lhe um espaço de escuta particular.

3. Em relação ao estudo teórico

Quanto ao estudo teórico, cumpre aclarar a diferença entre: 1) o estudo teórico da psicanálise tendo a própria teoria como objeto e 2) o estudo da metapsicologia como ferramenta que ocupará um lugar no processamento da escuta psicanalítica, teoria que não precederá a escuta, mas que dirá sobre a especificidade de uma escuta que não é comum.

A primeira modalidade, que toma a teoria psicanalítica como objeto, produz-se no âmbito da academia, e tem servido ao propósito do arejamento da psicanálise, numa espécie de alteridade para as instituições de formação, que não podem reivindicar para si exclusividade sobre nenhum tema, o que seria obscurantismo.
Na formação psicanalítica, o trabalho sobre a teoria terá outro caráter. Repito que conhecer o inconsciente significa, em primeiro lugar, experimentá-lo na situação transferencial. Apenas a partir daí é que o objeto mesmo da psicanálise será associado ao discurso da teoria no que tange ao método analítico e à sua epistemologia, pois se trata do modo de produzir o conhecimento em psicanálise, que é o da transposição do que se desvela em análise para a construção da metapsicologia.

O objeto da psicanálise, quando abordado pela metapsicologia, fala do que se depreende da análise e da clínica. Portanto, não há teoria sem clínica, mas também não há clínica sem teoria. A modalidade de estudo "teórico-clínico", como o chamamos em nossos seminários, traduz, segundo Janete Frochtengarten (1994), exatamente este fato de que "não há clínica ateórica" (p.43). O clínico, longe de ser um "escutador" ingênuo, só poderá sê-lo quando for simultaneamente um epistemólogo da psicanálise. Sabemos como é difícil, na formação, fazer aceder a noção de objeto psíquico, quando nos deparamos com a confusão dos objetos naturais da psiquiatria ou da psicologia.

O estudo teórico, no âmbito da formação, produzirá uma apropriação intelectiva do objeto da psicanálise, possibilitando um *discurso* sobre ele. Discurso que, ancorado na realidade do objeto psíquico, desfará qualquer confusão do mesmo com o objeto da psiquiatria ou da psicologia. Portanto, o discurso teórico psicanalítico será não só *metapsicológico*, mas sobretudo *epistemológico*, pois visará à construção teórica do objeto psíquico de modo indissociável do método de sua apreensão.

A reflexão epistemológica é, nesse sentido, solidária à experiência analítica e à experiência clínica, pois, de modo diferente das ciências duras, por um lado, e da história, por outro, à investigação analítica interessará o passado em sua repetição

no presente, ou melhor, enquanto ele *é* presente. Por esta razão, a psicanálise não será uma psicopatologia, mas, atendo-se ao singular, seu método de produção de conhecimento, que tem na escuta o ponto de partida, prosseguirá no aprofundamento do estudo de um caso único mais do que na amostra comparada de sujeitos.

Ao não-saber do analista na situação clínica deve corresponder um saber positivado sobre tais peculiaridades epistemológicas de seu método, numa combinação única no meio científico que é a que se dá entre sua sensibilidade e seu rigor na observância de seu campo.

Nossos seminários teórico-clínicos buscam remontar à descoberta freudiana primordial. Privilegiamos, assim, a leitura da obra de Freud, cujo conhecimento consideramos condição *sine qua non* para qualquer outro conhecimento teórico que se venha a ter em psicanálise. Cito mais uma vez Ana Maria Sigal (1994): "Escolher Freud como viga-mestra denota que qualquer conhecimento dos pós-freudianos, seja Lacan, Melanie Klein ou Bion (*eu acrescentaria Winnicott*), aprendidos sem sua relação com Freud, se torna apenas repetição de um discurso ecolálico, de um pensamento sem origens" (p.107).

4. Em relação aos dispositivos institucionais

Os dispositivos institucionais de suporte a uma formação devem adequar as condições concretas do ambiente às exigências naturais do que é analítico e que diz respeito, portanto, ao objeto da psicanálise.

Funcionar como *holding*, quando isso for necessário, não significa uma desatenção em relação aos riscos das alienações. Por esta razão, acreditamos ser necessário cuidar para que não se estabeleçam vínculos dogmáticos com a instituição, bem com as análises, as supervisões e as teorias, numa pertinência reasseguradora que redunde em alienação. Donde retiramos uma das nossas disposições mais caras, que é a manutenção do caráter pluralista da instituição. Reconhecemos todos os avanços que se fazem no conhecimento psicanalítico, até mesmo porque, como

afirma Renato Mezan (2004), “nenhum dos modelos tidos por absolutos pode dar conta da complexidade da vida psíquica, cobrir todas nuances ou explicar todos os transtornos”. E lembra que diversos analistas mais atentos romperam com as “barreiras graníticas que separavam as escolas” (p.138), a fim de constituir um pensamento próprio. Isso não significa ecletismo, na medida que não se tomam caoticamente elementos de cada um dos sistemas, mas cada analista produz, com tais elementos, a sua “caixa de ferramentas” pessoal, com uma nova coerência interna. Assim, a despeito das diferenças óbvias que temos no tocante às preferências teóricas, o que importa é que, como salienta Maria Cristina Ocariz (2005), é que todos transmitamos “o princípio ético freudiano de que a prática psicanalítica não é padronizada” (p.111).

Silvia L. Alonso (2001) traduz as nossas inquietações sobre os riscos da normalização institucional e de seus efeitos deletérios sobre a criatividade ao afirmar que

> "Colocar-se como seguidor de alguém, considerar-se freudiano, bioniano ou lacaniano, traz a preocupação com a fidelidade a um texto, a um autor, e este não me parece o melhor lugar para um analista. Manter-se como analista na experiência da escuta coloca-nos em um lugar difícil. Um lugar no qual se deve suportar as transferências, um contato permanente com a incerteza, com a irrupção do desconhecido, com o que é do processo primário, e do funcionamento associativo. E isso traz consequências para a relação que se tem com as teorizações. Acredito que muitos analistas, para lidar com o equilíbrio instável que se vive na clínica, buscam certa estabilidade narcísica atribuindo a um autor ou a um pensamento a totalidade do saber, mantendo uma relação de fidelidade e absoluto dogmatismo. Com isso, correm o risco de se converterem em meros repetidores" (p.132).

Compreendemos nossos dispositivos de formação – o “Curso” e, posteriormente, as atividades departamentais de formação contínua – como um espaço facilitador que

não se oferece como molde nem como garantia, o que traria um efeito ilusório de autorização. Preferimos, por isso, falar em *reconhecimento* entre pares a falar em *autorização*, pelo que optamos de modo muito consciente pelo caráter não-oficial de nossa formação, desvinculando-a de qualquer intervenção oficial, ainda que seja a atribuição de um título de especialista que em nada mudaria nossos procedimentos internos.

Os alunos ou ex-alunos do Curso de Psicanálise podem pleitear a admissão no Departamento de Psicanálise – como, aliás, todo analista pode fazer – mediante o pedido, feito a uma Comissão de Admissão, para falar de seu desejo de pertinência e de sua condição de analista. Uma vez admitido, ele será um par, sem diferença hierárquica em relação aos outros membros. A própria fundação do Departamento de Psicanálise, em 1984, teve como diretrizes básicas, de acordo com Maria Laurinda Ribeiro de Souza (2005), "o desejo de formar um espaço menos hierarquizado de poder, uma forma de gestão mais igualitária na qual se abolissem as diferenças hierárquicas entre alunos, ex-alunos e professores" (p.108).

DEPARTAMENTO DE ANÁLISE

Referências Bibliográficas

ALONSO, S. L. Mal-estar inevitável – espaços possíveis (situando algumas questões). *Percurso*, ano VII, nº 12, pp. 33-38, 1994.

---------- A construção do analista (Entrevista). *Percurso*, ano XIV, nº 27, pp. 127-138, 2001.

---------- A apropriação das heranças no caminho da construção do analista. *Jornal de Psicanálise (Instituto de Psicanálise – SBPSP)*, v. 38, nº 69, pp. 168-176, 2005.

AMARAL, A. M. A. Tornar-se analista: variâncias e invariâncias. *Jornal de Psicanálise (Instituto de Psicanálise – SBPSP)*, v. 38, nº 69, pp. 373-377, 2005.

CASTEL, P.-H. Igualdad de las condiciones y normalización de los individuos: cuestiones a partir de Tocqueville. In FUNDACIÓN EUROPEA PARA EL PSICOANÁLISIS *La normalidade como síntoma.* Buenos Aires: Kliné, 1994.

CHNAIDERMAN, M. Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, nº 35, pp. 105-114, 2005.

CROMBERG, R. U. Diálogos com Regina Schnaiderman (Debate). *Percurso*, ano XVIII, nº 35, pp. 115-119, 2005.

DAYAN, M. Normalidad, normatividad, idiopatía. In FUNDACIÓN EUROPEA PARA EL PSICOANÁLISIS *La normalidad como síntoma*. Buenos Aires: Kliné, 1994.

FERRAZ, F. C. A loucura suprimida: normopatia, pós-modernidade e instituições psicanalíticas. In FUKS, L.B. & FERRAZ, F.C. (orgs.) *Desafios para a psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003.

FREUD, S. (1914) A história do movimento psicanalítico. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980; v.14.

FROCHTENGARTEN, J. A necessária inquietude de quem transmite. *Percurso*, ano VII, nº 12, pp. 39-45, 1994.

FUKS, L. B. Formação e supervisão. *Psicanálise e Universidade* , nº 16, pp. 79-91, 2002.

FUKS, M. P. Por uma história do Curso de Psicanálise. *Percurso*, ano I, nº 1, pp. 7-9, 1988.

GURFINKEL, D. Diálogos com Regina Schnaiderman (Debate). *Percurso*, ano XVIII, nº 35, pp. 115-119, 2005.

MEZAN R. Sobre a epistemologia da psicanálise. In *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

---------- Longe da ortodoxia e do ecletismo (Debate). *Percurso*, ano XVII, nº 33, pp. 135-138, 2004.

MONTEIRO, C. O Departamento e o Curso na formação de seus analistas (Entrevista). *Percurso*, ano VII, nº 12, pp. 104-117, 1994.

NASIO, J.-D. *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

OCARIZ, M. C. Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, nº 35, pp. 105-114, 2005.

SCHNAIDERMAN, R. Política de formação em psicanálise: alinhavando algumas anotações de leitura. *Percurso*, ano I, nº 1, pp. 11-14, 1988.

SIGAL, A. M. O Departamento e o Curso na formação de seus analistas (Entrevista). *Percurso*, ano VII, nº 12, pp. 104-117, 1994.

---------- *Psicanálise e Universidade: entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas*. Inédito, 2008.

SILVA Jr., N. Psicanálise: uma titulação, uma especialização, uma profissão? Debate promovido pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo, 04/10/2003.

SOUZA, M. L. R. Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, nº 35, pp. 105-114, 2005.

VICENTE, M. F. Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? (Entrevista). *Percurso*, ano XVII, nº 35, pp. 105-114, 2005.

VILUTIS, I. M. Reconhecimento, autorização e autoridade analítica. In: *Ecos da clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro Godói, 1484
CEP: 05015-001
São Paulo/ SP